

CULTURA E DOMINAÇÃO: RELAÇÕES CULTURAIS ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS DURANTE A GUERRA FRIA

Antonio PEDRO TOTA¹

- **RESUMO:** O período que se segue ao término da Segunda Guerra Mundial foi marcado, especialmente no Ocidente, por uma política cultural anticomunista encabeçada pelos Estados Unidos da América (EUA). O Brasil, embora não fosse o parceiro preferencial dos EUA, seria ainda foco de preocupação permanente da política externa americana. Programas de rádio, entre outros, proclamavam, sutilmente, as vantagens do liberalismo e do capitalismo sobre o modelo soviético de sociedade. De forma mais velada essa propaganda procurava também criticar as políticas estatizantes e nacionalistas dos governos da América Latina.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Americanismo. Liberalismo. Cultura de massa. Nacionalismo. Anticomunismo. Guerra Fria.

À guisa de abertura

Numa foto tirada em julho de 1950 e publicada na revista *Habitat* (1950, p. 18-19), de outubro-dezembro do mesmo ano, Assis Chateaubriand está sentado em companhia do Presidente Eurico Gaspar Dutra e de um grupo de senhoras da sociedade, vestidas com casacos de pele. De pé vê-se, entre outros, Pietro Maria Bardi, o diretor do Museu de Arte de São Paulo (MASP). A figura central da fotografia é Nelson Aldrich Rockefeller. Sorrindo, sentado no chão rodeado por celebridades, simpático, ele irradia auto-confiança. Nelson havia sido convidado por Assis para inaugurar o MASP e na ocasião faria um discurso que pode ser considerado a pedra

¹ Departamento de História – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC – São Paulo-SP – 05014-901. E-mail: totapedro@uol.com.br.

angular da política cultural dos EUA em defesa do liberalismo e claramente anticomunista.

Dirigindo-se inicialmente ao Presidente Dutra e depois a Assis Chateaubriand, Nelson traçou um paralelo entre o povo brasileiro e o americano:

In many ways, the histories of our countries have been parallel – Brazil in the southern and the United States in the northern part of the New World. Since the founding of our countries, our two peoples have been linked by similar heritage and united by common belief in the democratic freedom and respect for human dignity. (HABITAT, 1950, p. 18-19).

Falou também das semelhanças econômicas: “Economically, our countries have been closely interrelated on a complementary and mutually beneficial bases.” (HABITAT, 1950, p. 18-19). Para Nelson A. Rockefeller, as semelhanças eram também políticas: “Politically we have been dedicated to the same ideal of a free world of a free men and free institutions.” (HABITAT, 1950, p. 18-19). O eixo norteador do discurso era o enaltecimento do mundo livre lembrando, ao mesmo tempo, que esse mundo era ameaçado por forças destruidoras e, segundo ele, só havia um jeito de defender esse mundo: americanos e brasileiros unidos por profunda amizade.

O ponto alto da fala do milionário americano se concentraria na relação entre arte e liberdade:

We recognized the humanistic value of abstract art, as an expression of thought and emotion and the basic human aspiration [...] We reject the assumption that art which is aesthetically an innovation. Must somehow to be socially or politically subversive and therefore un-American [...] We recall that the nazis suppressed the modern art branding it 'degenerate' [...] and the soviet suppressed modern art as 'formalistic', 'bourgeoisie' [...] (HABITAT, 1950, p. 18-19).

Lendo o discurso de Rockefeller fica-se tentado em concordar com a hipótese de Canclini (1979) para qual há uma verdadeira penetração americana na alta cultura brasileira graças ao apoio da

[...] CIA e das empresas multinacionais (Esso [...] Shell, General Motors, General Eletric) a museus, revistas, artistas e críticos latino-americanos [...] que por diversas vias [...] encobria um mesmo projeto: difundir uma experimentação formal aparentemente despolitizada, sobretudo o expressionismo abstrato, como alternativa ao realismo social, ao muralismo, e a toda corrente preocupada com a identidade nacional. (CANCLINI, 1979, p. 85).

Ao mesmo tempo, pode-se contra-argumentar que, se assim fosse feito, estaríamos adotando uma visão um tanto simplista e, exagerando, mesmo próxima a uma teoria conspiratória da história.

Um pouco mais de história

Em trabalho anterior analisei as relações culturais entre o Brasil e os EUA em plena conjuntura da Segunda Guerra Mundial (TOTA, 2000). Na época, o Brasil era visto como um importante parceiro no hemisfério. Americanizar o Brasil, por vias pacíficas, era tido como o caminho mais seguro para garantir essa parceria.

A "política da boa vizinhança" de Franklin Delano Roosevelt já vinha, desde meados da década de 1930, tentando uma maior aproximação com a América Latina. Desta forma, os EUA pretendiam mudar a imagem de potência intervencionista nos países latino-americanos.

Na primavera européia de 1940, o quadro das atividades bélicas se complicou. A Europa Ocidental estava sendo invadida pelas tropas nazistas. Em junho daquele ano, Paris foi tomada pelos alemães. Para os estrategistas dos EUA, o perigo nazista ameaçava também a América Central e a América do Sul, expondo, desta forma, o território norte-americano.

Se a política exterior dos EUA em relação à América Latina já vinha se transformando, com a ameaça nazista os americanos elegeram o subcontinente como setor privilegiado em seus planos de defesa. Por isso mesmo, no dia 16 de agosto de 1940, foi criada uma agência governamental chamada inicialmente Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the Americas, cuja direção foi entregue ao jovem milionário Nelson Aldrich Rockefeller. No ano seguinte, a agência mudou o nome para The Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA) (ROWLAND, 1947, p. 8).

Rockefeller tornou-se assim um dos grandes responsáveis pela mudança da imagem dos EUA na América Latina,

[...] delivering the message to Latins that Yankee men and women of affairs had genuine interest in promoting better things of life: they were not the cultural barbarians that Latin American pensadores so often assumed then to be. [...]. (PIKE, 1995, p. 253).

A agência de Nelson procurava, por meio de medidas de ajuda econômica e, em especial, por uma política cultural dirigida, manter os países da América Latina afastados da influência nazista. O alvo da política americana não se restringia ao nazismo, os ideais socialistas também poderiam ser combatidos com a propaganda do modelo americano: a

possibilidade de consumo de produtos maravilhosos consubstanciado pelo progresso material e bons salários (COBBS, 1992, p. 9).

No entanto, quando o perigo nazista já estava praticamente contido e os aliados faziam planos para o mundo pós-guerra, a América Latina deixou de ser alvo prioritário na política americana. Já em agosto de 1944, na conferência para a formação das Nações Unidas, em Dumbarton Oaks, com exceção dos EUA, não havia lugar para nenhum país da América. No entanto, o Brasil nutria esperanças de ser o parceiro privilegiado dos americanos, pois Nelson Rockefeller afirmou, em janeiro de 1945, que somente com a expansão da indústria e da agricultura e com um intercâmbio educacional “[...] temos esperança de alcançar a estabilidade econômica, social e política entre as nações do hemisfério. Sem isso, nunca poderemos realizar a verdadeira união americana” (GELLMAN, 1956, p. 198, tradução nossa). As rápidas mudanças na política interna americana pareciam contradizer as expectativas de Nelson Rockefeller e do governo brasileiro.

Com o fim da Segunda Guerra se aproximando, o presidente Harry Truman, que havia assumido a presidência depois da morte de Roosevelt, sugeriu que o Departamento de Estado estudasse a extinção de várias agências governamentais de emergência que haviam sido criadas durante o conflito. Já no dia 31 de agosto de 1945, foram transferidas para o Departamento de Estado várias funções de mídia que antes estavam nas mãos do Office of War Information e do Office of the Coordinator of Inter-American Affairs de Nelson Rockefeller. Na ocasião, Truman fez a exposição dos motivos que o levaram a tomar tal medida: “The nature of present day foreign relations makes it essential for the United States to maintain informational activities abroad as an integral parte of the conduct of foreign affairs.” (THOMSON; LAVES, 1963, p. 306).

Na verdade, as modificações já vinham ocorrendo desde 1944 quando o Departamento de Estado, aos poucos, recuperava suas atribuições dispersas no emaranhado das agências criadas por Roosevelt. Por exemplo, aumentava as responsabilidades da The Division of Cultural Relation do Departamento de Estado que se subdividia em Science Education and Art Division e o Motion Picture and Radio Division em detrimento do OCIAA. A realidade do pós-guerra exigia outros mecanismos de relações exteriores.

O novo Assistente-Secretário de Estado de Truman, William Benton declarou: “We must strive to interpret ourselves abroad through a program of education and of cultural exchange... we must seek clarification and avoid propaganda” (THOMSON; LAVES, 1963, p. 72). Benton fazia parte

do grupo remanescente dos Newdealers, um bona fide. Com sinceridade, esperava separar as duas coisas, isto é, a propaganda do intercâmbio cultural. E, como veremos, funcionários como ele tiveram dificuldades para fazer essa separação.

Inclusive porque na época de Roosevelt os serviços secretos haviam atuado em conjunto com a política cultural. O fato de o inimigo comum ser o nazi-fascismo fazia dos funcionários do governo americano simpáticos agentes do mundo livre, mesmo durante o governo autoritário de Vargas (1937-1945). No período da Guerra Fria isto já não acontecia. O inimigo agora era o comunismo. E algumas atitudes nacionalistas tomadas pelo governo brasileiro eram interpretadas, apressadamente, como assemelhadas à medidas de caráter socializantes. Por isso, muitas vezes, os funcionários e agentes americanos eram vistos como que interferindo em nossos assuntos internos e com isso deixavam, pelo menos por parte de setores do governo, de ter a simpatia que haviam gozado na época da Segunda Guerra.

Internamente, no Brasil, também se lutava contra o comunismo. Luta combatida com as mais variadas armas. Sabemos que o governo brasileiro estava preocupado com as agitações sociais nas diferentes fases da democracia pós-Estado Novo. Amplos setores das classes dominantes apoiavam as manifestações anticomunistas dos americanos. Nisto parecia, muitas vezes, haver uma coincidência com a política americana, basta lembrar a Operação Pan-Americana de Juscelino Kubitschek. No entanto, havia uma diferença entre o ponto de vista dos EUA e o brasileiro. Se para os EUA era uma questão de defesa do hemisfério, para o Brasil uma invasão soviética era impensável. Estávamos buscando, isto sim – e principalmente –, acelerar o processo de industrialização e expansão econômica.

Por isso, podemos dizer que a política exterior americana para o Brasil e a América Latina nos anos da Guerra Fria pautou-se, essencialmente, pelo anticomunismo (HAINES, 1989, p. 25-28). Éramos, no entanto, um teatro secundário pois a Europa era o foco privilegiado de uma Guerra Fria cultural que, segundo Frances Stonor Saunders (1999), foi coordenada pela CIA.

Mesmo que o Brasil tenha sido considerado um teatro secundário, a política cultural do Departamento de Estado, por meio de esmerada propaganda, se preocupou em levar, por todos os meios de comunicação, à população brasileira a idéia do modelo do mundo livre liderado pelos EUA. Para o Departamento de Estado, essa era a melhor arma contra o comunismo.

O rádio como instrumento de geopolítica

Na primeira metade da década de 1950, por exemplo, tornou-se popular nos rádios brasileiros o comentário de Al Neto. Pretendia-se que fosse um programa cultural, de informações científicas, educacionais e políticas. Todos os dias muitas emissoras entravam em cadeia e ouvia-se a emblemática Oh! Suzana canção bastante conhecida via Hollywood. Em seguida à música de abertura, um speaker anunciava:

[...] este é o comentário de Al Neto: 'Nos bastidores do mundo. O que há por trás das notícias.' Ao microfone, Al Neto:

Amigo ouvinte. O liberalismo está surgindo no mundo e no Brasil como força polarizadora dos partidos democráticos. E isto se dá no momento exato em que o socialismo, por outro lado, começa a perder os matizes de direita e esquerda, para adquirir a cor uniforme dos partidos que desejam o Estado onipotente.

Num comentário recente, eu te disse o que está acontecendo no Japão. A tendência na dieta japonesa é para a formação de dois únicos partidos: de um lado os liberais e, do outro lado, os socialistas. O mesmo se pode dizer da atual situação na Itália e na França. A instabilidade que observamos neste momento tanto na Itália como na França é o resultado da divisão dos partidos democráticos. Se bem, tanto na Itália como na França, os partidos democráticos representem a maioria do povo, não conseguem resistir à pressão dos socialistas, porque se acham desunidos. Por outra parte, os partidos liberais ou democráticos tanto na Itália como na França estão sendo vítimas das concessões que fizeram aos partidos socialistas. A queda de Degasperi pode ser atribuída, principalmente, à reforma agrária que empreendeu sob inspiração dos socialistas. No Brasil, já notamos também a tendência em direção aos pólos do pensamento político e econômico do nosso tempo. Por cima de estruturas mais ou menos artificiais, os nossos políticos principiam a compreender que precisam se definir. O momento é tão crítico que tentar acomodações é tentar a própria ruína. Os nossos partidos sentem que precisam dizer claramente à nação se querem resolver nossos problemas por meio da democracia ou por meio do socialismo. A crise que atravessamos é conseqüência da nossa marcha desorientada para o socialismo. Marcha desorientada porque não estamos seguindo uma linha reta para o socialismo, como desejariam Domingos Velascos ou Raimundo Magalhães Júnior. Estamos marchando para o socialismo em zig-zags, com hesitações e recuos. Entretanto, esta marcha já é suficientemente dirigida para comprometer o funcionamento da máquina nacional como nação democrática. Certas iniciativas democráticas, como a do câmbio livre, fracassam porque nossa economia já tem muitos laivos socialistas. A precariedade da situação brasileira resulta do fato que não somos nem 'flu', nem 'fla'. Não somos uma nação democrática como provam a

existência de mecanismos controladores do Estado. Mas não somos, tampouco, uma nação socialista. O senador Alencastro Guimarães disse o muito bem: 'É tempo de tomar uma decisão.' Os partidos brasileiros começam a compreender, finalmente, que o pior é ficar no 'chove e não molha'. Talvez, nas próximas eleições possamos ver claramente quais são os partidos liberais que querem a predominância do indivíduo ou do povo e quais são os partidos socialistas que querem a predominância do Estado ou da burocracia. E é certo que a nação vai votar por aqueles que tiverem cor bem definida e não por aqueles que jogam com pau de dois bicos.²

Novamente ouvia-se Oh! Suzana, a canção que havia aberto o programa e agora encerrava-o com o locutor anunciando: "Acabaram de ouvir o comentarista Al Neto. Voltem a ouvi-lo amanhã nesta mesma hora. E agora, atenção! Se quiser receber gratuitamente publicação de interesse para você ou de sua família, escreva para a caixa postal 4.712, 4-7-1-2, Rio de Janeiro."³

O tema era apropriado num momento em que o mundo ainda tinha na memória a lembrança fresca da guerra contra o totalitarismo nazi-fascista. O cronista chamava a atenção para o avanço do socialismo nos países democráticos. Na Itália e na França o movimento socialista avançava graças às benévolas concessões feitas pelos liberais. A queda de um Primeiro Ministro explicava-se pela perigosa aventura de uma reforma agrária socializante. O exemplo devia servir de aviso aos políticos brasileiros. Deveríamos tomar uma decisão e não permanecermos em posições dúbias. Deveríamos seguir as fórmulas de um Raimundo Magalhães Júnior⁴. Ainda que deixasse aberta a idéia de livre escolha, Al Neto fazia a crítica ao socialismo: o câmbio livre teria fracassado porque nossa economia havia assumido características socialistas. O ouvinte, ou o leitor, já que podia-se adquirir as crônicas pelo correio, tinha certeza que o cronista pedia, tão somente, uma tomada de posição. Nossos políticos deveriam escolher entre o liberalismo e o socialismo.

Os assuntos das crônicas diárias de Al Neto eram os mais variados: liberalismo x socialismo; os antibióticos e as plantas medicinais brasileiras; formação de técnicos; reforma agrária; classes produtivas – socialismo – capitalismo de estado; democracia no Nepal; Guerra da Coréia. Apesar do amplo leque temático, a base era uma só: as grandezas e vantagens do mundo livre em contraposição ao mundo comunista.

² Acervo sonoro do Arquivo Nacional.

³ Acervo sonoro do Arquivo Nacional.

⁴ Raimundo Magalhães Júnior, tido como um socialista fabiano, havia trabalhado no OCIAA em Nova York durante a Segunda Guerra Mundial (TOTA, 2000).

A crônica sobre o liberalismo no Brasil tinha um tom que sugeria, como já se disse, um certo equilíbrio, indicando que, embora houvesse uma posição ideológica no discurso, os políticos brasileiros deveriam tão somente tomar uma posição clara. Num outro programa sobre a reforma agrária na Guatemala, o radialista deixa mais clara a sua tendência política:

Amigo ouvinte. Em todas as tragédias existem, inevitavelmente, passagens cômicas. Tragédia cem por cento tragédia só mesmo nos brilhantes escritos do senhor Nelson Rodrigues. Na tragédia da reforma agrária guatemalteca acaba de surgir um episódio cômico. O herói – ou será que eu devo dizer, o palhaço? – é um certo senhor Esteves [...] que é o administrador geral da reforma agrária na Guatemala. Esta reforma é dos princípios esquerdistas da divisão forçada da terra [...].⁵

Qualquer dúvida, que ainda pudesse restar quanto o caráter prômundo livre na luta contra o socialismo do pensamento de Al Neto, se diluiria quando o desavisado ouvinte (ou leitor) soubesse quem era Al Neto: cidadão brasileiro e editor de rádio da Embaixada Norte Americana no Rio de Janeiro. Sua luta pela liberdade e pela democracia era conduzida pelas mãos dos funcionários da United States Information Service e da United States Information Agency, órgãos do governo americano que surgiram nos anos imediatos depois da Segunda Guerra Mundial.

O programa de Al Neto fazia, portanto, parte do esforço da política cultural americana de disseminação dos valores do liberalismo, do mundo livre e, de certa forma, do americanismo. Assim, poder-se-ia contra-atacar qualquer propaganda de caráter socialista ou comunista (muitas vezes, como já se disse, na visão dos especialistas americanos, o nacionalismo era confundido com ideologias de esquerda). Os EUA contavam, para isso, com a experiência adquirida durante a Segunda Guerra Mundial, com o Office of the Coordinator of Inter American Affairs de Nelson Rockefeller. A única diferença é que, nas décadas de 1950 e 1960, o inimigo era o comunismo e não mais o nazismo.

Alias, foi seguindo a orientação de Rockefeller, chefe do Advisory Committee on Government Organization, que Eisenhower criou, em julho de 1953, a já mencionada United States Information Agency (USIA) que nas palavras de Gerald K. Haines:

The USIA was to be an instrument of foreign policy employed in combination with diplomatic, military and economic policy. The new agency's primary purpose was persuade foreign people that it was in

⁵ Acervo sonoro do Arquivo Nacional.

their own interest to follow the lead of the United States in opposing Communist expansion and promoting peace and prosperity. Its job was to sell United States to the world just as a salesman's job was to sell a Buick or a Cadillac or a radio or television set. (HAINES, 1989, p. 161).

Fazia-se um esforço em “vender” a imagem dos EUA sem que parecesse propaganda. Por isso a Embaixada dos EUA em nosso país contava, por exemplo, com a ajuda de empresas como as de Assis Chateaubriand, para transmitir pelas estações de rádio e televisão ou publicar em seus jornais e revistas, programas e artigos previamente preparados por profissionais brasileiros e americanos a serviço do governo americano. Eis um paradoxo: como evitar a semelhança com propaganda se procurava-se vender uma imagem identificada com produtos que significavam o American way of life?

Notável também o surgimento de artigos na Revista Seleções da mesma época alusivos a doenças tropicais que ameaçavam os EUA. Havia uma simbólica relação entre as pragas e o perigo do nacionalismo e/ou comunismo. Formigas vermelhas, vindas do México, estavam pondo em risco a sobrevivência de plantações americanas. Depois foi a vez de vampiros hidrófobos (JUNQUEIRA, 2000). Coincidentemente as salas de cinema apresentavam filmes como *Os vampiros de almas* (1956), de Don Siegel, produzido por Walter Wanger, conhecido empresário de Hollywood pela elaboração de filmes na época sobre a guerra para órgãos do governo americano.

Mudança de rumo

Até o fim da década de 1950, os EUA conseguiram usar como potente arma americana contra o comunismo uma imagem associada ao American way of life, consubstanciada em Buicks, em Cadilacs Rabo de Peixe, em aparelhos de rádio ou televisão. Já na década seguinte, os mecanismos precisaram ser mais bem ajustados a uma nova e perigosa ameaça: a de Cuba que havia feito uma revolução comandada por jovens guerrilheiros barbudos, charmosos e carismáticos que negavam justamente a imagem construída pelos americanos.

Em 1959, quando os guerrilheiros de Fidel Castro desceram a Sierra Maestra e entraram em La Havana, os EUA não sabiam ainda exatamente os rumos que a Revolução tomaria. Quando o governo revolucionário cubano demonstrou suas tendências anti-imperialistas, a América Latina deixou de ser teatro secundário e ganhou centralidade na Guerra Fria travada entre as duas potências (SÁ MOTTA, 2002, p. 231).

Em março de 1960, a CIA tinha iniciado o treinamento de refugiados cubanos para uma invasão da Cuba Revolucionária. Mas foi no governo de John F. Kennedy que os EUA tentaram incrementar sua política exterior para todo o continente. De certa forma, procurando restaurar algumas características da Política da Boa Vizinhança, Kennedy criou a Aliança para o Progresso.

Nascida oficialmente no Encontro Extraordinário do Conselho Econômico e Social Inter-Americano, realizado em Punta del Este, no Uruguai, no período de 5 a 17 de agosto de 1961, a Aliança para o Progresso pretendia ajudar a acelerar o desenvolvimento econômico na América Latina. Na tentativa de garantir o estabelecimento de governos “plenamente democráticos” foi produzida uma carta de intenções que propunha uma série de melhorias na distribuição de renda do continente latino-americano, insistia quanto a necessidade de uma reforma agrária e enfatizava a urgência do planejamento econômico e social. Embora oficialmente o objetivo dos EUA fosse o de promover o progresso econômico da América Latina através de uma aliança com todos os países do continente, tratava-se do processo de enfrentamento do “perigo” comunista no continente (PEREIRA, 2000).

Entre a renúncia de Jânio Quadros e a deposição de João Goulart, os órgãos do governo americano tiveram importante papel na difusão de propaganda anticomunista. Alguns meses depois da vitória do movimento militar, a Revista Seleções de novembro de 1964 publicou um artigo intitulado “Anação que se salvou a si mesma”. Tratava-se de longo artigo sobre o movimento militar que depôs Jango. Clarence Hall, editora sênior da Revista Seleções, recebeu congratulações pessoais do Presidente Castelo Branco (BLACK, 1977, p. 107).

Conclusão

Pode-se concluir que os serviços de informação dos EUA usaram no Brasil, direta ou indiretamente, de todos os meios de comunicação, como arma na guerra fria cultural travada com os soviéticos. Havia, por certo, um conflito aberto ou velado entre os interesses privados e o governo nos EUA quanto a melhor forma de se “conquistar corações e mentes” dos brasileiros para a causa do mundo livre.

PEDRO TOTA, A. Culture and domination: cultural relationship between Brazil and the US during the cold war. *Perspectivas*, São Paulo, v. 27, p. 109-120, 2005.

■ **ABSTRACT:** Anti-Communist culture and political trend shaped the western hemisphere, after World War II. Brazil played an important role in the United States foreign policy for Latin America. During the Cold War time people from Brazil listened to radio programs broadcasted in a kind of hook up which main goal was to show the advantages of liberalism over nationalistic policy.

■ **KEYWORDS:** Americanism. Liberalism. Mass culture. Nationalism. Anti-communism. Cold-War.

Referências

BLACK, J. K. *United States penetration of Brazil*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1977.

CANCLINI, N. G. *A produção simbólica: teoria e metodologia em sociologia da arte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

COBBS, E. A. *The rich neighbor policy: Rockefeller and Kaiser in Brazil*. New Haven: Yale University, 1992.

GELLMAN, I. F. *Good neighbor diplomacy: United States policies in Latin America (1933-1945)*. Baltimore: Johns Hopkins University, 1956.

HABITAT: *Arquitetura e Artes no Brasil*. São Paulo, [s.n.], v. 1, out./dez. 1950.

HAINES, G. K. *The Americanization of Brazil: the study of U.S. cold war diplomacy in the third world (1945-1954)*. Wilmington: SR Books, 1989.

JUNQUEIRA, M. A. *Ao sul do Rio Grande*. Bragança Paulista: Ed. Universidade São Francisco, 2000.

LOURENÇO, M. C. F. *Museus acolhem moderno*. São Paulo: Edusp, 1999.

OS VAMPIROS DE ALMAS. Direção de Don Siergel. Produção de Walter Wanger, 1956.

PEREIRA, H. A. de A. R. *O governo Aluísio Alves e a aliança para o progresso no RN (1961-66)*. São Paulo: PUC, 2000. (Texto para a discussão).

PIKE, F. B. *FDR's good neighbor policy: sixty years of generally gentle chaos*. Austin: University of Texas Press, 1995.

ROWLAND, D. W. *History of the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs: historical report on war administration*. Washington: Government Printing Office, 1947.

SÁ MOTTA, R. P. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Editora Perspectiva, Fapesp, 2002.

SAUNDERS, F. S. The cultural cold war: the CIA and the world of arts and letters. New York: The New Press, 1999.

THOMSON, C. A.; LAVES, W. H. C. Cultural relation and U.S. foreign policy. Bloomington: Indiana University Press, 1963.

TOTA, A. P. O Imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.